

**CABO DELGADO E ZAMBÉZIA
TÊM MAIOR NÚMERO
DE POSTOS QUE
AINDA NÃO ABRIRAM** **PAG 2**

**AVARIA DE MÁQUINA FORÇA
ELEITORES A PERCORREREM
TRINTA QUILOMETROS
EM QUELIMANE** **PAG 3**

**SETE PROVÍNCIAS PODERÃO
PERDER MANDATOS
NA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA** **PAG 4**

Segunda - feira, **27 de Maio de 2019** | Ano 01, n.º 5 | Director: **Adriano Nuvunga** | www.adsmoz.org/eleicoes

Recenseamento termina na quinta-feira e há postos que ainda não iniciaram com processo

Termina esta quinta-feira, 30 de Maio, o recenseamento eleitoral para as eleições gerais de 15 de Outubro. A menos de uma semana para o fim do processo, observadores no terreno reportam a existência de postos que ainda não iniciaram com o registo de eleitores. Maior parte estão na Zambézia e em Cabo Delgado.



Crédito: DW

Além de postos que ainda não iniciaram com os trabalhos, o recenseamento eleitoral que termina esta quinta-feira arrasta consigo vários problemas técnicos e operacionais que certamente irão comprometer as metas. Maior parte dos problemas foram reportados nas últimas edições do Boletim ADS Eleições, mas nesta edição o destaque vai para as avarias de máquinas, a falta de corrente eléctrica e as cobranças aos cidadãos que pretendem se recensear.

Ainda nesta edição, o Boletim ADS Eleições avança com aquilo

que será a distribuição dos mandatos na Assembleia da República. E porque o cálculo é feito em função do número de eleitores inscritos, Gaza, a província onde os observadores do Boletim ADS Eleições denunciaram o registo de estrangeiros e de menores de idade, terá mais nove mandatos, passando dos actuais 14 para 23. É o maior aumento de mandatos, e o mesmo acontece na Assembleia Provincial, onde no próximo quinquénio irão passar de 70 para 85. Um aumento de 15 assentos.

Cabo Delgado e Zambézia têm maior número de postos que ainda não abriram

A menos de uma semana para o término do recenseamento eleitoral, alguns postos ainda não arrancaram com o processo e tudo indica que não haverá registo de eleitores.



Na Zambézia, tradicionalmente o segundo maior círculo eleitoral, são 11 postos que ainda não iniciaram com o registo de eleitores, a maioria no distrito de Guruê. Trata-se dos postos que deveriam estar a funcionar nas seguintes escolas: EPC de Muagiua, EPC de Calane, EPC de Mangone e EPC de Cocovera, na localidade de Muagiua; EPC de Nicoropale, EPC de Macuarro, EPC de Nipive e EPC de Abala, na localidade de Nicoropale; em Mugaveia são os postos da EPC de Mugaveia e EPC de Lapa; e finalmente, a EPC de Impula, na localidade de Incize.

Ainda no distrito de Gurué, os observadores do Boletim ADS Eleições constataram que no dia 25 (sábado), os postos EPC de Magar e EPC de Namaripe estiveram encerrados sem informação prévia. O posto de recenseamento instalado na EPC de Surrurua só arrancou com as actividades a 15 de Maio, devido à falta de materiais de registo eleitoral.

Mas Cabo Delgado é a província que apresenta o maior número de postos que ainda não iniciaram com o registo de eleitores: mais de 20. A inoperância desses postos é justificada pela ocorrência de ataques armados que se registam naquela província desde Outubro de 2017. Só no distrito da Mocímboa da Praia, são 17 postos que deveriam estar a funcionar na EPC de Nanquidunga, EP1 de Anga, EPC de Ulo, EP1 de Muangaza, EPC de Malinde, EP1 de Maculo, EP1 de Chuculua, EP1 de Tambuzi, EPC de Chitolo, EP1 de Muanguedi, EP1 de

Naquitengue, EPC de Marere, EPC de Calungo, EP1 de Limala, EP1 de Nazimoja, EP1 de Luxete e EP1 de Mumu. Ainda em Cabo Delgado, os ataques armados forçaram as populações a abandonarem algumas aldeias, com destaque para Chicomo, Milamba e Pequene, todos no distrito de Macomia. No distrito de Nangade, não há recenseamento na aldeia de Ngalonga, também devido aos ataques. Já no distrito de Mueda, os postos da EP1 de Ntuchi, EP1 de Namdiba, EPC de Chudi e EP1 de Nangada só arrancaram com as actividades na segunda semana de Maio.

Apesar de ser a província com o maior número de postos que ainda não estão a funcionar, Cabo Delgado tem o segundo melhor desempenho no recenseamento eleitoral. Dados actualizados no dia 19 indicavam que Cabo Delgado já tinha recenseado 522.628 eleitores, cerca de 81 por cento dos 644.021 previstos.

Na zona sul, também há registo de postos que ainda não arrancaram com o recenseamento. É disso exemplo o posto instalado na EPC do bairro de Mulotane-sede, distrito de Boane, província de Maputo. Apesar de o STAE distrital ter constantemente assumido que estava em funcionamento, os observadores do Boletim ADS Eleições não visualizaram nenhum sinal de ter havido recenseamento no referido posto. Ainda em Boane, a EPC de Zilinga só arrancou com as actividades a 18 de Maio.

O fraco registo de eleitores deverá impossibilitar milhares de cidadãos de exercerem o seu direito de eleger e de serem eleitos. No comunicado da Conferência Episcopal de Moçambique emitido no início deste mês, os bispos católicos apelam os cidadãos a participarem massivamente no processo eleitoral, a começar desde logo pela fase do recenseamento. Os bispos fazem notar que faz parte da missão da Igreja educar para esclarecer o povo sobre os seus direitos e deveres. "Por isso, as comissões sociais da Igreja, as dioceses e as paróquias devem programar e realizar intervenções em conjunto com todas as forças organizadas da sociedade civil para sensibilizarem os cidadãos a serem eles próprios a dizerem o que querem para que as decisões saiam da base para o topo e não o inverso", lê-se no comunicado. A Conferência Episcopal de Moçambique lembra que as eleições constituem uma das maiores expressões da democracia e uma oportunidade para o cidadão exercer o seu direito de escolha, pois ele não é apenas consultado, mas também "participa activamente na análise de programas e dos candidatos que pretendem melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos do seu país".

A Igreja Católica é parceira da ADS na observação do processo eleitoral.

Apesar de ser a província com mais postos que ainda não estão a funcionar, Cabo Delgado tem o segundo melhor desempenho no recenseamento eleitoral. Dados actualizados no dia 19 indicavam que Cabo Delgado já tinha recenseado 522.628 eleitores, cerca de 81 por cento dos 644.021 previstos.

Avaria de máquina força eleitores a percorrerem trinta quilómetros em Quelimane

Avárias de máquinas, supostas cobranças de valores para o recenseamento de eleitores e falta de corrente eléctrica são os principais problemas que estão a perturbar o processo na Zambézia.



Na última conferência de imprensa de terça-feira, o STAE reconheceu que alguns postos de recenseamento estavam a registar o abandono temporário ou definitivo de alguns brigadistas. Como solução, o STAE recorre aos brigadistas suplentes para substituir os chamados “dissidentes”.

A máquina usada pela brigada (móvel) instalada na EP1 de Varela, na cidade de Quelimane (Zambézia), importa um sistema que desconhece novas inscrições, e por via disso até 25 de Maio só tinha registado 16 eleitores que solicitavam segunda via. Todos cidadãos da localidade de Varela com 18 anos de idade ou mais que demandam novo registo são forçados a deslocarem-se ao posto mais próximo, nomeadamente na EP de Marracua, que dista a 30 quilómetros.

Sucedem porém que o equipamento usado no posto de Marracua tem estado a registar avarias e nos dias em que funciona os brigadistas não aceitam registar os cidadãos residentes de Varela alegando que não locais.

A legislação que rege o recenseamento estabelece que quando a dispersão geográfica de eleitores ou outras circunstâncias especiais o justificarem, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral podem criar brigadas móveis com cobertura de um raio de aproximadamente cinco quilómetros (n.º 2 do artigo 10 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março).

Esta disposição legal deixa claro que em nenhuma circunstância os cidadãos devem estar sujeitos a percorrerem distâncias superiores a cinco quilómetros para os efeitos de registo e obtenção do cartão de eleitor. A legislação estabelece que o cidadão eleitor inscreve-se no posto de recenseamento mais próximo (n.º 1 do artigo 11 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março).

Ora, na sequência da inoperacionalidade do posto da EP1 de Varela, os cidadãos deveriam ser inscritos incondicionalmente pela brigada de Marracua, visto que esta é a mais próxima. A única desvantagem disto é que os eleitores residentes na localidade de Varela terão de percorrer novamente 30 quilómetros para votarem no posto de votação de Marracua, pois segundo estabelece a própria legislação, o local de funcionamento da assembleia de voto coincide com o posto de recenseamento eleitoral (n.º 2 do artigo 11 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 8/2014, de 12 de Março).

CARTÃO DE ELEITOR CUSTA 50 METICAIS EM CAIA

Alguns brigadistas e secretários de bairros são indiciados de cobrar 50 meticais aos cidadãos que pretendem se recensear no distrito de Caia, província de Sofala. As ocorrências foram registadas nos postos que funcionam nos bairros Inharugue, Cambadeze e Amílcar Cabral. Segundo relatos dos observadores do Boletim ADS Eleições e confirmados pelos partidos Renamo e MDM, na EPC de Inharugue as cobranças são feitas nas secretarias dos bairros. Os cidadãos pagam o valor monetário (50 meticais) aos secretários de bairros e estes elaboram as listas de cidadãos/pagadores a serem recenseados e são encaminhadas à brigada de recenseamento. E estas, por sua vez, somente recenseam eleitores cujos nomes constam das listas elaboradas pelos secretários dos bairros.

Segundo Raimundo Pintágoras, membro da

Comissão Política Nacional do MDM, os secretários de bairros aproveitam-se do facto de alguns cidadãos não serem portadores de documentos de identificação aceites para efeitos de recenseamento. O valor é uma espécie de tributo que os cidadãos indocumentados pagam aos secretários de bairros pela prova testemunhal que estes prestam no acto de recenseamento.

FALTA DE CORRENTE ELÉCTRICA PARALISA RECENSEAMENTO EM ALGUNS DISTRITOS

Muitos postos de recenseamento do distrito de Chinde, província da Zambézia, estão paralisados ou têm funcionado de forma condicionada devido à falta de corrente eléctrica. Apenas os postos instalados na vila sede de Chinde estão a funcionar em pleno, pois são alimentados com a corrente eléctrica da rede pública da Electricidade de Moçambique (EDM).

Os postos de recenseamento das localidades de Matilde, Pambane, Magaza e Arjoane não têm energia eléctrica. Para além da chegada tardia dos painéis solares, nestas localidades o recenseamento tem sido interrompido constantemente devido à baixa potência dos painéis solares que alimentam os equipamentos de recenseamento. Os postos instalados na EPC de Munhamba e EPC Maguiguane, ambos na localidade de Matilde, estão paralisados há mais de três dias, devido à falta de corrente e avaria das máquinas. Lembrar que os mesmos postos só começaram a recensear eleitores três semanas depois do início do processo, devido à chegada tardia de painéis solares.

Sete províncias poderão perder mandatos na Assembleia da República

Na semana passada, o Boletim do Processo Político Moçambicano do CIP alertou para o facto de que a província de Gaza ia eleger mais 10 deputados para a Assembleia da República.

PROVÍNCIA	RECENSEAMENTO ELEITORAL			MANDATOS (ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS)			MANDATOS (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)		
	Inscritos/2018	Tendência de Registo/2019 (até 30 de Maio)	2018 + 2019	2014	2019 (Tendência)	Diferença (2019-2014)	2014	2019 (Tendência)	Diferença
Niassa	368717	287099	655816	80	80	0	14	13	-1
Cabo Delgado	532731	690217	1222948	82	85	3	22	23	1
Nampula	1091772	1299057	2390829	93	96	3	47	46	-1
Zambézia	953902	1128362	2082264	92	93	1	45	40	-5
Tete	526239	577742	1103981	82	84	2	22	21	-1
Manica	496877	424289	921166	80	82	2	16	18	2
Sofala	627234	354984	982218	82	82	0	21	19	-2
Inhambane	321427	364490	685917	70	80	10	14	13	-1
Gaza	569282	633004	1202286	70	85	15	14	23	9
Maputo P.	720325	272029	992354	80	82	2	17	19	2
Maputo C.	616076	67641	683717	-----	-----	0	16	13	-3
Total	6824582	6098914	12923496	811	849	38	248	248	-----

Este é, na realidade, um problema mais profundo e antigo. O EISA já tinha alertado para o gerrymandering - que é a manipulação das fronteiras dos círculos eleitorais, normalmente para diluir áreas eleitorais que tendencialmente apoiam a oposição. Luís de Brito, no IESE, debateu este tema desde as eleições fundacionais da democracia moçambicana de 1994. O facto é que sete províncias poderão perder mandatos na Assembleia da República, de acordo com a tendência do recenseamento eleitoral que termina a 30 de Maio. Trata-se da Zambézia, Sofala, Cidade de Maputo, Nampula, Inhambane, Niassa e Tete. Segundo ilustra a tabela abaixo, a província mais penalizada será Zambézia, com probabilidade de perder cinco mandatos. Isto é: Dos actuais 45, o número poderá descer para 40 mandatos. Segue a cidade de Maputo que poderá perder três mandatos, caindo dos ac-

tuais 16 para 13.

A província de Sofala poderá perder dois mandatos, caindo dos actuais 21 para 19. Niassa, Nampula, Tete e Inhambane poderão perder um mandato cada.

Gaza, a província onde os observadores do Boletim ADS Eleições denunciaram o registo de estrangeiros e de menores de idade, será o círculo eleitoral com mais mandatos conquistados. Serão nove mandatos, passando dos actuais 14 para 23. Já as províncias de Maputo e Manica poderão ganhar mais dois mandatos cada, subindo dos actuais 17 e 16 para 19 e 18 respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO DE MANDATO NAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

Seguindo uma tendência contrária, as Assembleias Provinciais aumentam os mandatos. De

acordo com dados do recenseamento acumulados até 23 de Maio, as Assembleias Provinciais terão um acréscimo total de 38 mandatos, passando dos actuais 811 para 849.

Mais uma vez, Gaza aparece com o maior número de novos mandatos: 15. Assim, a província vai passar dos actuais 70 para 85 mandatos, seguida de Inhambane, que ganha mais 10 mandatos, passando dos actuais 70 para 80.

As províncias de Cabo Delgado e Nampula seguem com mais três mandatos cada, passando dos actuais 82 e 93 para 85 e 96 respectivamente. As províncias de Tete, Manica e Maputo vão ganhar mais dois mandatos, aumentando dos actuais 82, 80 e 80 para 84, 82 e 82 respectivamente. Zambézia ganha apenas um mandato, passando dos actuais 92 para 93. Apenas Niassa e Sofala mantêm o número de mandatos, 80 e 82 respectivamente.

Propriedade: ADS - Centro de ideias e de acção - Juventude, Liderança e Políticas de Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editora: Selma Inocência
Equipa Técnica: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Sócrates Mayer
Colaboração: Fotografia: Emílio Guze
Layout: ADS

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36



Think and do Tank

ADS_moz | E-mail: info@adsmoz.org | Website: www.adsmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



COUNTERPART
INTERNATIONAL

